

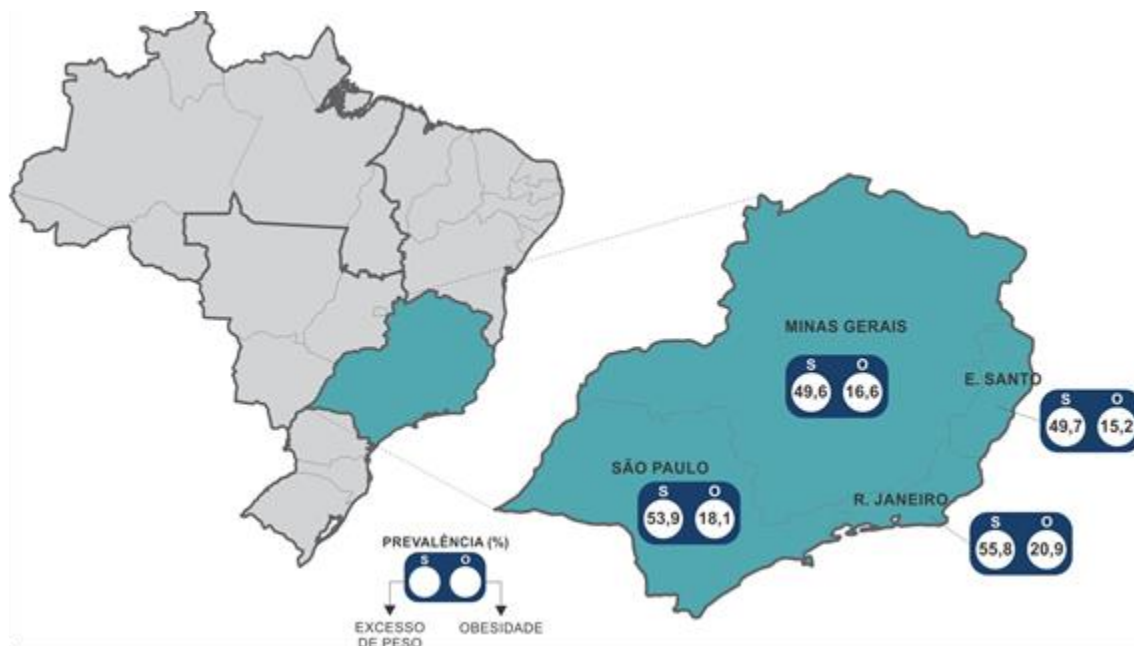


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL

INFORME Nº 01/ 2018

Caisans Estaduais da Região Sudeste

As altas prevalências de sobrepeso e obesidade têm sido verificadas em todas as faixas etárias e constituem, atualmente, um grave problema de saúde pública no país – o excesso de peso acomete 53,8% dos adultos brasileiros, sendo que destes, 18,9% estão obesos. Dados dos estados da Região **Sudeste** podem ser verificados no mapa abaixo¹:



O aumento progressivo da tendência de excesso de peso e obesidade observado na última década é resultado, dentre outros fatores, da adoção de hábitos diários não promotores de saúde e da escolha de alimentos não saudáveis, como de processados e ultraprocessados²

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 160p.: il.

² Os alimentos *in natura* consistem no grupo de alimentos que são retirados diretamente da natureza, seja plantas ou animais e que não apresentam nenhuma etapa de processamento até o seu consumo. Os alimentos *minimamente processados* são alimentos considerados *in natura*, porém sofreram algumas etapas de processamento antes de seu consumo. Alimentos *processados* são aqueles *in natura* adicionados de sal ou açúcar ou outra substância culinária pela

– produtos com altos teores de gorduras, açúcares e sódio. Associado a esta característica, pesquisas nacionais também verificaram uma diminuição do consumo de frutas, verduras e legumes – alimentos ricos em fibras, minerais e vitaminas, importantes para a manutenção do estado nutricional adequado e protetores contra o surgimento de doenças, como as cardiovasculares e cânceres.

Diante deste cenário, o Poder Executivo, por meio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), publicou, em 2014, a **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**. Esta estratégia reúne diversas ações do Governo Federal que contribuem para a redução da obesidade e tem como objetivo orientar estados e municípios sobre o desenvolvimento de ações locais para prevenir e controlar o aumento no número de pessoas com excesso de peso registrado no país, por meio do incentivo e da promoção de mudanças na alimentação e da prática regular de atividade física.

A **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade** está pautada em seis grandes eixos de ação, a saber: I. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; II. Educação, comunicação e informação; III. Promoção de modos de vida saudáveis nos ambientes / territórios; IV. Vigilância Alimentar e Nutricional e das práticas de atividade física da população; V. Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade e; VI. Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos.

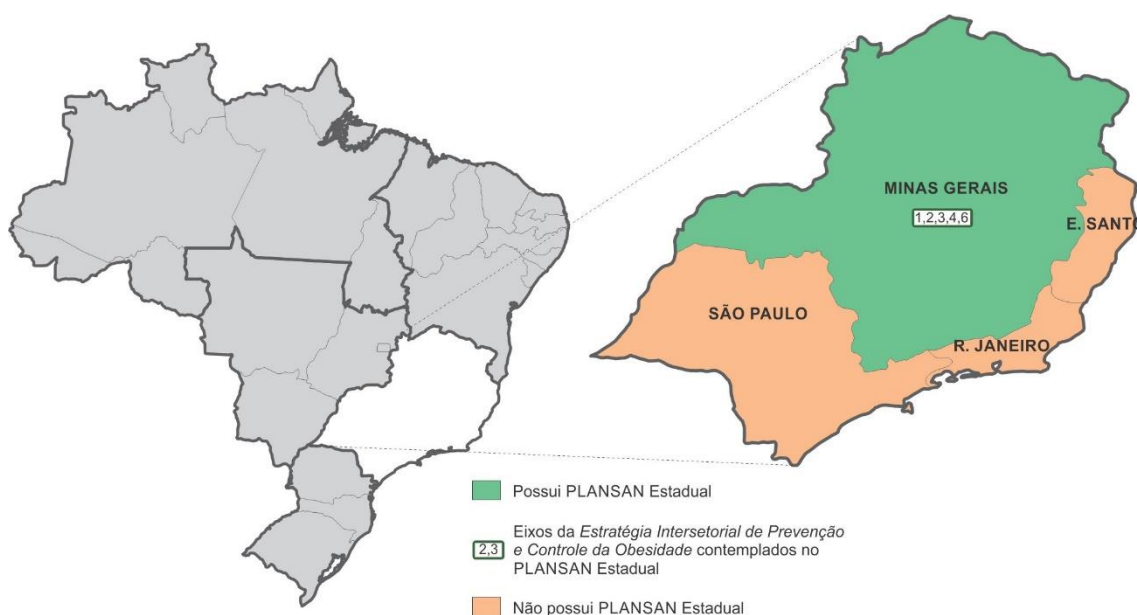
Após a publicação da **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**, foi realizada pelo Governo Federal, no início de 2017, uma pesquisa de monitoramento, onde foram encontrados resultados importantes sobre as ações de prevenção e controle da obesidade executadas pelos estados, por meio das Caisans Estaduais.

Pesquisas dessa natureza são importantes para que reflexões e ajustes possam ser feitos ao longo da implementação das ações. Divulgamos os resultados preliminares durante o 17º Encontro das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em Brasília em 05 de março do presente ano. Os resultados completos da pesquisa poderão ser solicitados através do email pesquisa.ean.mds@gmail.com ou pelo telefone **61 2030-1588**. Os resultados agregados serão apresentados a seguir.

O mapa abaixo apresenta relevantes resultados sobre o monitoramento da implantação da **Estratégia** nos estados da **Região Sudeste**³:

indústria com finalidade de aumento de validade. Alimentos *ultraprocessados* são considerados formulações elaboradas pela indústria a partir de substâncias que são adquiridas de alimentos, derivadas de alimentos ou sintetizadas. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

³ TENUTA, Natalia. Documento Técnico contendo análise e avaliação das ações de prevenção e controle da obesidade implantadas no âmbito estadual, com descrição das ações que se destacam e recomendações de aprimoramento. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Governo da República Federativa do Brasil. 2017.



1. Resultados Brasil

O questionário, respondido pelas Caisans Estaduais no período de abril a junho de 2017 apresentava 23 (vinte e três) questões, abertas e fechadas (semi-estruturado), organizadas segundo os seis eixos da *Estratégia* (APÊNDICE A) e dividido em 3 (três) blocos:

- *Bloco 1 – Identificação da Câmara Intersectorial Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Estadual):* Este bloco teve como objetivo coletar informações de identificação sobre a Caisan Estadual e o sobre o responsável pelo preenchimento da pesquisa;
- *Bloco 2 – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN Estadual):* Este bloco teve como objetivo coletar informações sobre as ações de prevenção e controle da obesidade previstas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN Estadual);
- *Bloco 3 – Ações de Prevenção e Controle da Obesidade:* Este bloco teve como objetivo coletar informações sobre ações de prevenção e controle da obesidade realizadas nos estados participantes da pesquisa, durante o período de 2014 a 2016.

As informações coletadas, referentes às ações de prevenção e controle da obesidade implantadas no âmbito estadual, foram analisadas segundo o Gradiente de avaliação (figura 1), sendo ressaltadas as ações que se destacaram.

- Ótimo desempenho da ação: Quando a ação de prevenção e controle da obesidade for realizada por 100 a 75% dos estados que responderam a questão;
- Bom desempenho da ação: Quando a ação de prevenção e controle da obesidade for realizada por 74 a 50% dos estados que responderam a questão;

- Regular desempenho da ação: Quando a ação de prevenção e controle da obesidade for realizada por 49 a 25% dos estados que responderam a questão;
- Ruim desempenho da ação: Quando a ação de prevenção e controle da obesidade for realizada por 24 a 0% dos estados que responderam a questão.

Abaixo o gradiente de avaliação.

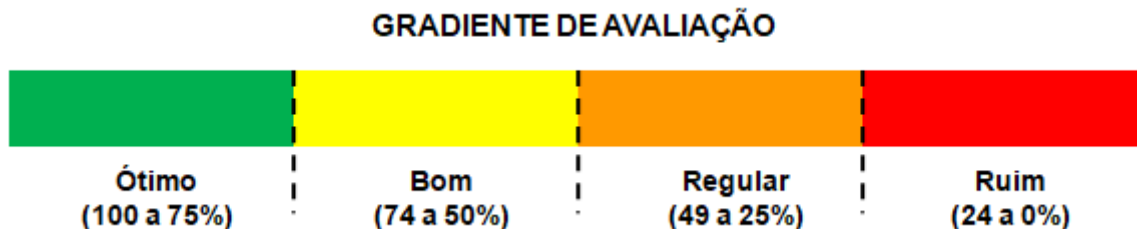


FIGURA 1 – Gradiente de avaliação do desempenho das ações de prevenção e controle da obesidade realizadas pelos Estados e suas respectivas Câmaras Intersetoriais Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.

BLOCO 1

Identificação da Câmara Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Estadual)

Este bloco teve como objetivo coletar informações de identificação sobre a Câmara Intersetorial Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o sobre o responsável pelo preenchimento da pesquisa.

2 – Abrangência da pesquisa

A figura 2 mostra os 25 estados participantes da pesquisa de “Monitoramento das ações da *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade*”, por meio de suas respectivas Caisans Estaduais. A pesquisa teve uma adesão de 92% dos estados convidados a participar, considerada uma boa participação e boa mobilização para a realização no monitoramento. Apenas os estados do Mato Grosso (MT) e Tocantins (TO) não responderam a pesquisa.

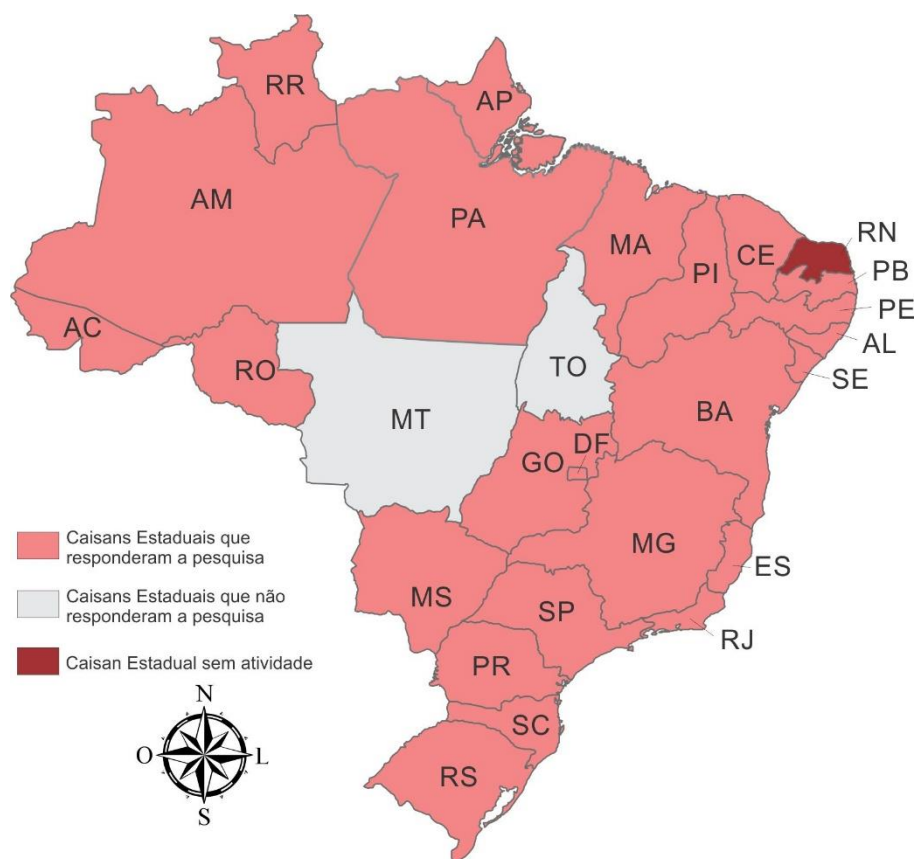


FIGURA 2 – Estados e suas respectivas Câmaras Intersetoriais Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional que responderam a pesquisa de “Monitoramento das ações previstas na Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade”.

2.1 – Atores representantes das Caisans Estaduais respondentes da pesquisa

O gráfico 1 apresenta o cargo dos atores representantes das Caisans Estaduais que responderam a pesquisa. A maioria (56%) dos respondentes possui o cargo de secretário (a) executivo(a) da Caisan Estadual, 24% dos representantes são gestores estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e 20% possuem atuação técnica ou de apoio à Caisan Estadual.

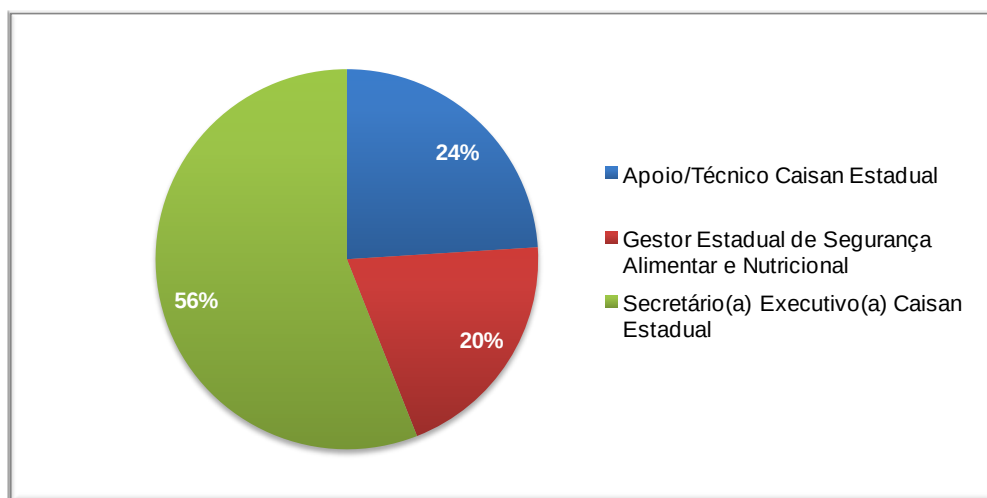


GRÁFICO 1 – Cargos dos atores representantes das Caisans Estaduais.

2.2 – Conhecimento sobre a publicação *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios*

Exemplares impressos da publicação *Estratégia* foram enviados às Caisans Estaduais pela Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (CGEAN/MDS), desde sua publicação. Foram ainda disponibilizados em encontros e eventos nacionais, além da versão digital estar disponível *online* para toda a população. Quando questionados sobre o conhecimento do conteúdo da publicação, 84% dos respondentes informaram conhecer a *Estratégia* e 16%, no entanto, relataram não conhecê-la (três da região nordeste, um da região sul).

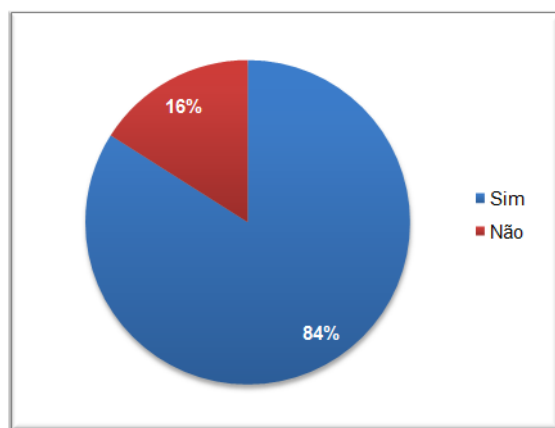


GRÁFICO 2 – Percentual de representantes das Caisans Estaduais com conhecimento sobre a *Estratégia*.

Por fim, o gráfico a seguir apresenta o tempo de trabalho de cada representante na sua respectiva Caisan Estadual.

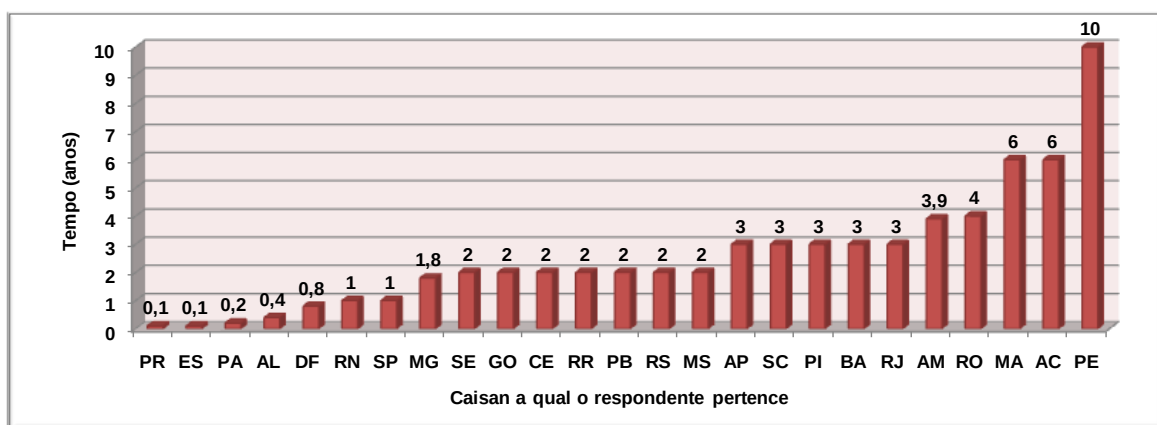


GRÁFICO 3 – Tempo médio, em anos, de trabalho dos representantes nas Caisans Estaduais.

BLOCO 2

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN Estadual)

Este bloco teve como objetivo coletar informações sobre as ações de prevenção e controle da obesidade previstas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN Estadual).

2.3 – Ações e metas de prevenção e o controle da obesidade contidas nos PLANSANs Estaduais

O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN Estadual) é um importante instrumento de planejamento, gestão e execução da política descentralizada de SAN, cabendo ao estado elaborar, implementar, monitorar e avaliar a execução do Plano. Pactuar, portanto, ações e metas que contribuam para a prevenção e controle da obesidade por meio do PLANSAN Estadual é garantir em um instrumento estratégico que esforços conjuntos e coordenados cumpram atribuições específicas ao tema, utilizando os recursos existentes de forma mais eficiente e com mais qualidade.

Segundo o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) de 2014, no ano da pesquisa, havia sete estados com seus respectivos PLANSANs Estaduais elaborados – CE, DF, MA, MG, PE, PR e SC.

Em 2017, à época da pesquisa, verificou-se o aumento do número de estados que possuem PLANSAN. Dos 25 estados participantes, 12 (48%) informaram que não possuem PLANSAN e, portanto, não possuem ações e metas de prevenção e controle da obesidade pactuadas em instrumento estadual de planejamento, gestão e execução da política de SAN.

2.4 – Eixos da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios contemplados no PLANSAN Estadual

Estão representados no gráfico 4 o número de PLANSANs Estaduais que contemplam cada eixo da *Estratégia*. O eixo “Educação, comunicação e informação” está representado em PLANSANs de 11 estados (91%) e o eixo “Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis” em 10 (83%). Já os eixos de “Vigilância Alimentar e Nutricional” e de “Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade” são os menos citados em PLANSANs Estaduais, ambos com seis (25%) aparições.

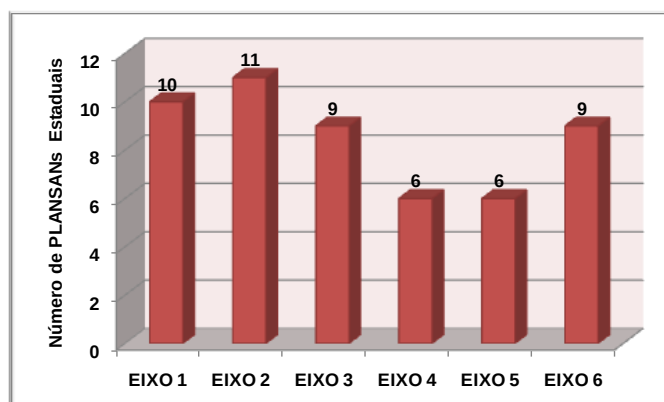


GRÁFICO 4 – Número de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional que contemplam cada eixo da *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios*.

Para complementar a análise, o quadro 1 apresenta os 12 estados e os eixos da *Estratégia* que foram incluídos nos seus respectivos PLANSAN's Estaduais.

BA	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 6
CE	EIXO 1, EIXO 3, EIXO 5
DF	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 5, EIXO 6
MA	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3
MG	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 6
MS	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 5, EIXO 6
PA	EIXO 2
PB	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 6
PE	EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 5, EIXO 6
PR	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 5, EIXO 6
RR	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 4, EIXO 5, EIXO 6
SC	EIXO 1, EIXO 2, EIXO 3, EIXO 6

QUADRO 1 – Eixos da *Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade* contemplados nos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.

BLOCO 3

Ações de prevenção e controle da obesidade

Este bloco teve como objetivo coletar informações sobre ações de prevenção e controle da obesidade realizadas nos 25 estados participantes da pesquisa, durante o período de 2014 a 2016. A apresentação dos resultados será por eixo da *Estratégia*.

EIXO 1

Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis

Este eixo reúne ações que visam facilitar o acesso físico das comunidades e famílias aos alimentos e preparações tradicionais e ampliar a oferta de alimentação adequada e saudável nos equipamentos públicos do país.

Com o crescimento da prevalência da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis, faz-se necessário intensificar ações para incentivar que a agricultura familiar produza, cada vez mais, alimentos adequados e diversificados, considerando os aspectos regionais e culturais, e também para garantir que a aquisição e doação de alimentos para os equipamentos públicos atendam às necessidades nutricionais da população.

As ações deste eixo estão relacionadas à Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

2.5 – Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

A seguir, a tabela 1 apresenta os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional implantados/modernizados nos estados participantes da pesquisa. É preciso informar que, dos 25 estados que participaram da pesquisa, 11 representantes não souberam informar sobre tal questão. Dos 14 que informaram, apenas 7 (50%) relataram ter havido implantação/modernização de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.



Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional implantados/modernizados nos estados

AC	1 Cozinha Comunitária
AP	16 Unidades de Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar
GO	2 Centrais de Abastecimento; 11 Unidades de Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar
MA	45 Unidades de Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar (Modernização)
RJ	4 Bancos de Alimentos
RO	1 Restaurante Popular
SE	11 Unidades de Distribuição de Alimentos oriundos da Agricultura Familiar

TABELA 1 – Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional implantados/modernizados nos estados, de 2014 a 2016.

2.6 – Implantação, modernização e/ou adequação de estruturas físicas e/ou de equipamentos tecnológicos das Centrais de Abastecimento nos estados

Em relação às Ceasas dos estados participantes, entre 2014 e 2016, houve em implantação, modernização e/ou adequação de estruturas físicas e/ou de equipamentos tecnológicos em 32% (8) dos 17 estados que responderam a questão – AC, DF, ES, MA, MG, RJ, PA, PE. Em 36% (9) dos estados não houve em implantação, modernização e/ou adequação de estruturas físicas e/ou de equipamentos tecnológicos – AL, AM, PI, PR, RO, RR, RS, SC, SE. Outros oito (32%) representantes das Caisans Estaduais não souberam informar sobre este item (Gráfico 8).



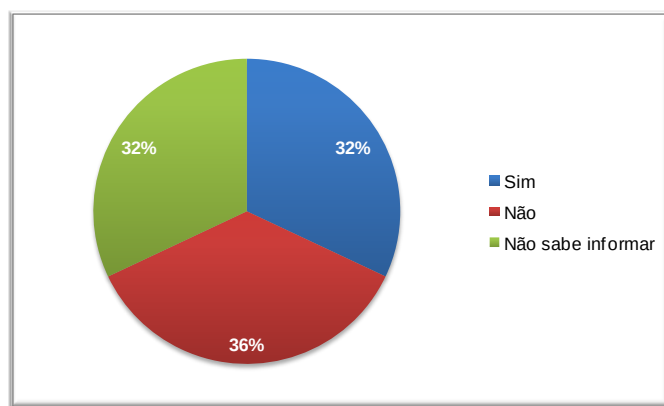


GRÁFICO 5 – Percentual de implantação, modernização e/ou adequação de estruturas físicas e/ou de equipamentos tecnológicos das Centrais de Abastecimento nos estados, de 2014 a 2016.

2.7 – Ações relacionadas à “Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis” apoiadas/fomentadas/incentivadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados

As ações apoiadas/fomentadas/incentivadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais do estado, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 6.

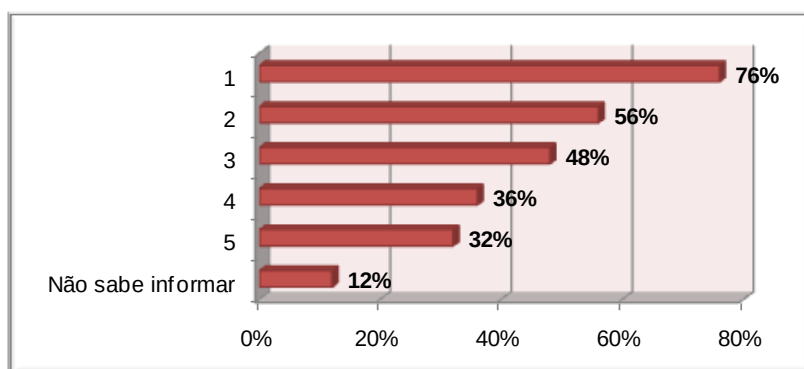


GRÁFICO 6 – Percentual de ações relacionadas à “Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis” apoiadas/fomentadas/incentivadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Organização de feiras de alimentos produzidos localmente, inclusive de alimentos orgânicos
2	Participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado
3	Consumo do pescado na alimentação escolar com vistas a aumentar a participação do pescado no mercado institucional
4	Aquisição de equipamentos e utensílios para recebimento e processamento de gêneros alimentícios pelas unidades de alimentação e nutrição de creches e escolas de educação básica
5	Inclusão de alimentos saudáveis nas cestas de alimentos promovidas pela ação local

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Ótimo desempenho da ação
(Realizada por 100 a 75% dos estados)

1. Organização de feiras de alimentos produzidos localmente, inclusive de alimentos orgânicos

Bom desempenho da ação
(Realizada por 74 a 50% dos estados)

2. Participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado

Este resultado pode ser fruto do esforço do Governo Federal para o reconhecimento e o respeito à diversidade dos contextos ecológicos e socioculturais que caracterizam os modos de vida da agricultura familiar camponesa e das populações e comunidades tradicionais. Instrumentos foram ajustados de forma que os princípios da agroecologia fossem efetivamente incorporados nas dinâmicas de desenvolvimento rural. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) foi criado em 2013 para ampliar e efetivar ações que orientem a execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. As ações de articulação e implementação de programas e ações descritas na PLANAPO visam induzir a transição agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição ao desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

2.8 – Ações relacionadas à “Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis” realizadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais do estado

As ações realizadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 7.

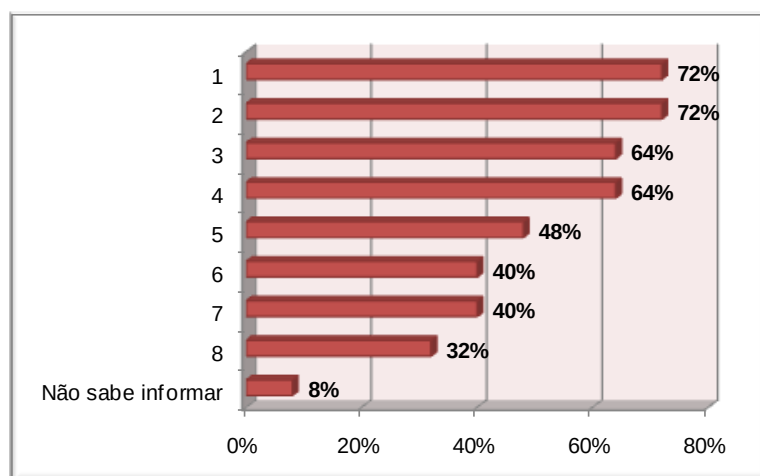


GRÁFICO 7 – Percentual de ações relacionadas à “Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis” realizadas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Compras institucionais (modalidade PAA) de alimentos adequados e saudáveis produzidos pela agricultura familiar por meio de chamada pública em instituições filantrópicas e em equipamentos públicos
2	Compra de alimentos da agricultura familiar aplicando, no mínimo, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
3	Oferta semanal obrigatória de três porções de frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar, conforme previsto no Art. 14, § 9 da Resolução nº 26 CD/FNDE
4	Oferta semanal obrigatória de três porções de frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar, conforme previsto no Art. 14, § 9 da Resolução nº 26 CD/FNDE
5	Restrição da compra de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi-prontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição), conforme previsto no Art. 23 da Resolução nº26 CD/FNDE
6	Semana do Peixe
7	Semana dos Alimentos Orgânicos
8	Consultas e/ou fóruns de discussão sobre subsídios brasileiros na cadeia produtiva e contribuição do setor econômico para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis pela população

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Bom desempenho da ação (Realizada por 74 a 50% dos estados)

1. Compras institucionais (modalidade PAA) de alimentos adequados e saudáveis produzidos pela agricultura familiar por meio de chamada pública em instituições filantrópicas e em equipamentos públicos;
2. Compra de alimentos da agricultura familiar aplicando, no mínimo, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
3. Oferta semanal obrigatória de três porções de frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar, conforme previsto no Art. 14, § 9 da Resolução nº 26 CD/FNDE;
4. Oferta semanal obrigatória de três porções de frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar, conforme previsto no Art. 14, § 9 da Resolução nº 26 CD/FNDE

Destacam-se as ações “Compras institucionais (modalidade PAA) de alimentos adequados e saudáveis produzidos pela agricultura familiar por meio de chamada pública em instituições filantrópicas e em equipamentos públicos” e “Compra de alimentos da agricultura familiar aplicando, no mínimo, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”, ambas realizadas por 72% dos estados.

As ações destacadas, imbricadamente relacionadas ao acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, estão representadas nos eixos I e IV do Pacto Nacional para Alimentação Saudável¹, sugerindo um cenário positivo sobre condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis para combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira:

- I. *aumentar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis, com destaque aos provenientes da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade;*
1. *incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, bem como a regulamentação da comercialização, da propaganda, da publicidade e da promoção comercial de alimentos e bebidas em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.*

EIXO 2

Ações de educação, comunicação e informação

Este eixo reúne ações que visam compartilhar conhecimentos e práticas que possam contribuir para a conquista de melhores condições de vida, saúde e segurança alimentar e nutricional da população. Inclui a provisão de informações, estímulo ao autocuidado, além de estratégias articuladas e contínuas de educação, mobilização da opinião pública, que, necessariamente, devem estar coordenadas a medidas mais estruturantes que oportunizem as escolhas de alimentos saudáveis pela população¹.

O componente da informação, comunicação e educação confere a dinamicidade e objetividade exigidas no estabelecimento de diálogos com a população em geral, divulgando

informações e desenvolvendo processos educacionais, em variados espaços e com diferentes grupos sociais. Assim, os diversos setores envolvidos neste eixo são responsáveis por divulgarem informações adequadas e desenvolverem ações para promoção de estilos de vida saudáveis em diferentes ambientes sociais, além da realização de ações que promovam a alimentação adequada e saudável na população.

2.9 – Ações relacionadas à “Educação, comunicação e informação” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 8.

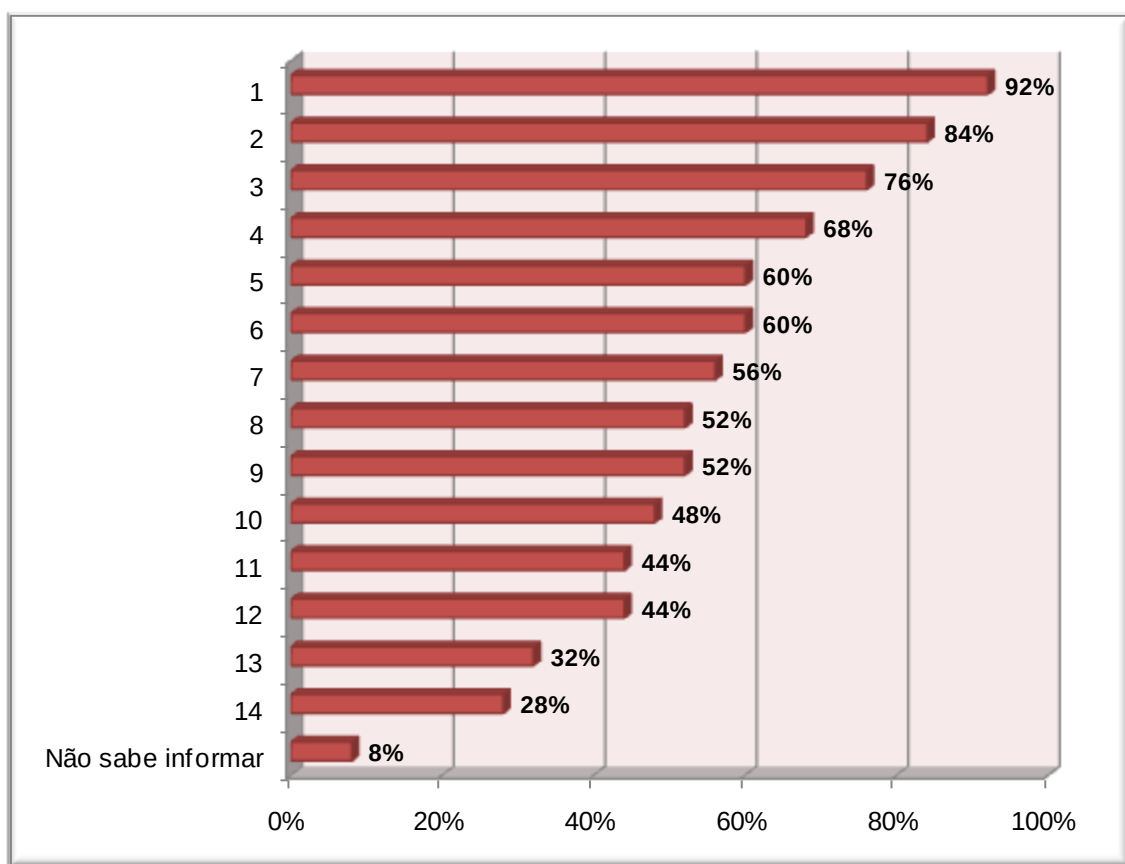


GRÁFICO 8 – Percentual de ações relacionadas à “Educação, comunicação e informação” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Implementar a agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional prevista no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas
2	Implementar os programas do MEC/FNDE (Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano de Ações Articuladas (PAR); Parâmetro Curriculares de Educação; entre outros), para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional
3	Processos de educação permanente com foco na promoção da alimentação saudável e atividade física voltados para profissionais de saúde da rede de atenção à saúde, em especial da atenção básica; de educação, em especial aqueles envolvidos com a alimentação escolar; da assistência e; do setor de abastecimento e agricultura
4	Ações de educação alimentar e nutricional pactuadas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

5	Ações e projetos que articulem pesquisa, extensão e serviços nas universidades que contemplem os temas relativos à educação alimentar e nutricional – ações locais – formação de hábitos alimentares saudáveis
6	Ações de educação alimentar e nutricional em instituições filantrópicas e equipamentos públicos
7	Participar de forma ativa nas redes virtuais, visando a troca de experiências em educação alimentar e nutricional: Ideias na Mesa, Rede Brasileira de Alimentação Escolar (REBRAE), RedeNutri
8	Estratégias de comunicação sobre os riscos associados ao consumo de alimentos ricos em açúcar, gorduras e sal
9	Materiais e outros subprodutos dos Guias alimentares, a exemplo de cursos de auto-aprendizagem, para informar, comunicar e orientar a população e profissionais quanto às escolhas alimentares saudáveis
10	Estimular a inclusão do tema de Segurança Alimentar e Nutricional, com foco em alimentação saudável, no Plano Político Pedagógico das escolas
11	Orientar diretrizes para a adoção de cardápios saudáveis em comemorações promovidas por instituições públicas, incorporando frutas, hortaliças, oleaginosas, leguminosas, raízes e tubérculos, pescados e grãos integrais (alimentos minimamente processados) e reduzindo a oferta de frituras, refrigerantes e produtos ultraprocessados, além de realizar ações de educação alimentar e nutricional voltadas aos indivíduos
12	Difundir os princípios e recomendações do Guia alimentar para a população brasileira e do Guia alimentar para crianças menores de dois anos
13	Materiais educativos e de comunicação para promoção da alimentação adequada e saudável, por meio de diferentes mídias, tais como vídeos, cartilhas, spots
14	Ações de educação alimentar e nutricional no Dia Mundial da Alimentação

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Ótimo desempenho da ação (Realizada por 100 a 75% dos estados)	Bom desempenho da ação (Realizada por 74 a 50% dos estados)
1. Implementar a agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional prevista no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas; 2. Implementar os programas do MEC/FNDE (Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE); Plano de Ações Articuladas (PAR); Parâmetro Curriculares de Educação; entre outros), para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; 3. Processos de educação permanente com foco na promoção da alimentação saudável e atividade física voltados para profissionais de saúde da rede de atenção à saúde, em especial da atenção básica; de educação, em especial aqueles envolvidos com a alimentação escolar, da assistência e; do setor de abastecimento e agricultura.	4. Ações de educação alimentar e nutricional pactuadas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 5. Ações e projetos que articulem pesquisa, extensão e serviços nas universidades que contemplem os temas relativos à educação alimentar e nutricional – ações locais – formação de hábitos alimentares saudáveis; 6. Ações de educação alimentar e nutricional em instituições filantrópicas e equipamentos públicos; 7. Participar de forma ativa nas redes virtuais, visando a troca de experiências em educação alimentar e nutricional: Ideias na Mesa, Rede Brasileira de Alimentação Escolar (REBRAE), RedeNutri; 8. Estratégias de comunicação sobre os riscos associados ao consumo de alimentos ricos em açúcar, gorduras e sal; 9. Materiais e outros subprodutos dos Guias alimentares, a exemplo de cursos de auto-aprendizagem, para informar, comunicar e orientar a população e profissionais quanto às escolhas alimentares saudáveis.

Diante das ações destacadas, merece menção a ação “Implementar a agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional prevista no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas”, desenvolvida por 92% das Caisans Estaduais. Verificar que quase a totalidade dos estados participantes da pesquisa implementaram, de 2014 a 2016, a agenda pública de EAN indica resultados positivos dos esforços em apoiar os diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas.

EIXO 3

Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos

Este eixo reúne ações que visam estimular a garantia de espaços que viabilizem ações educativas e de promoção à saúde que tornem as escolhas alimentares mais saudáveis e factíveis à população, com destaque aos espaços urbanos, ambiente de trabalho, ambiente escolar, redes de atenção à saúde e redes socioassistenciais. O componente de modos de vida saudáveis em ambientes específicos trata das mudanças estruturais, essencialmente nos espaços institucionais e urbanos, voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável, atividade física, e acesso a espaços públicos de lazer.

2.10 – Ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das escolas, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das escolas, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 9.

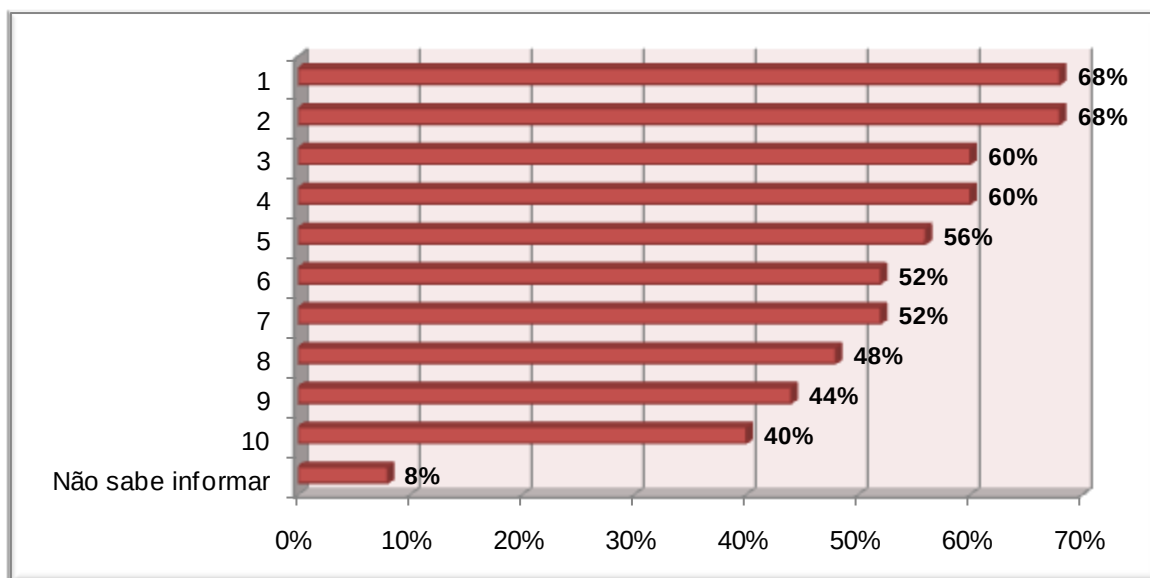


GRÁFICO 9 – Percentual de ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das escolas, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Promover o resgate da cultura alimentar local, principalmente em datas comemorativas
2	Fomentar a implantação de hortas pedagógicas, com objetivo de promover práticas alimentares saudáveis
3	Participar da Semana Saúde na Escola e desenvolver ações relacionadas ao tema da semana e da prevenção e controle da obesidade, além da promoção da saúde durante todo o período letivo
4	Realizar adesão ao Programa Saúde na Escola e fomentar que as Equipes de Atenção Básica desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável em conjunto com as escolas públicas
5	Realizar educação permanente para agentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco no cumprimento da normativa do Programa, especialmente em relação às ações educativas
6	Difundir os materiais educativos produzidos pelo Programa Saúde na Escola
7	Divulgar o “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis - promovendo a alimentação saudável” e estimular as escolas e cantineiros a transformarem as cantinas das escolas privadas em cantinas saudáveis
8	Articular com as universidades (CECANES, Unidades Acadêmicas especializadas) a fim de desenvolver ações de educação permanente junto aos atores envolvidos na alimentação escolar
9	Sensibilizar e incentivar as escolas e donos de cantinas escolares privadas a realizarem o curso de auto-aprendizagem à distância “Cantinas Escolares Saudáveis: promovendo a Alimentação Saudável”

10	Elaborar material didático com a temática de alimentação e nutrição em diversas ferramentas, tais como aplicativos para smartphones e computadores, páginas web, teatros, jogos, oficinas culinárias, peças de teatrais, dentre outros
----	--

AÇÕES QUE SE DESTACAM

**Bom desempenho da ação
(Realizada por 74 a 50% dos estados)**

1. Promover o resgate da cultura alimentar local, principalmente em datas comemorativas;
2. Fomentar a implantação de hortas pedagógicas, com objetivo de promover práticas alimentares saudáveis;
3. Participar da Semana Saúde na Escola e desenvolver ações relacionadas ao tema da semana e da prevenção e controle da obesidade, além da promoção da saúde durante todo o período letivo;
4. Realizar adesão ao Programa Saúde na Escola e fomentar que as Equipes de Atenção Básica desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável em conjunto com as escolas públicas;
5. Realizar educação permanente para agentes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco no cumprimento da normativa do Programa, especialmente em relação às ações educativas;
6. Difundir os materiais educativos produzidos pelo Programa Saúde na Escola;
7. Divulgar o "Manual das Cantinas Escolares Saudáveis - promovendo a alimentação saudável" e estimular as escolas e cantineiros a transformarem as cantinas das escolas privadas em cantinas saudáveis.

2.11 – Ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados nos ambientes de trabalho, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados nos ambientes de trabalho, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 10.

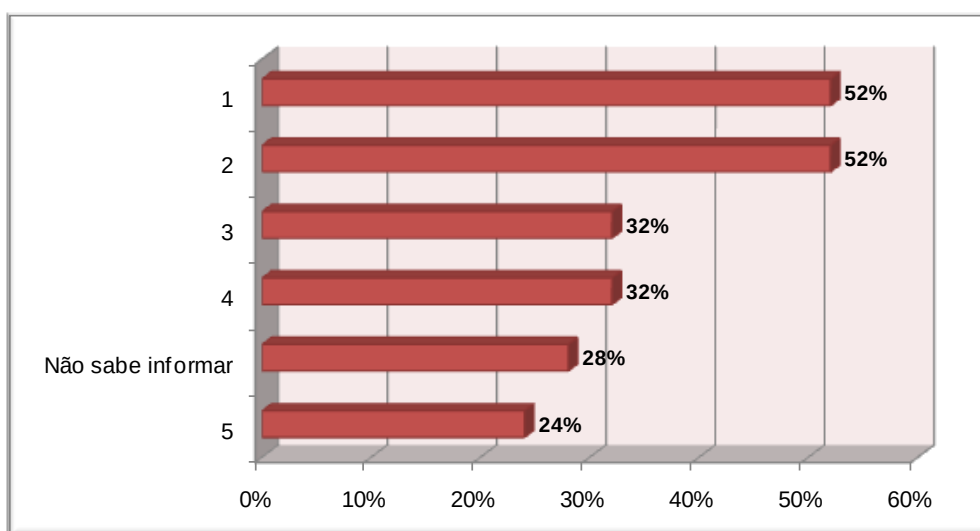


GRÁFICO 10 – Percentual de ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados nos ambientes de trabalho, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Fomentar que as empresas tenham salas de apoio à amamentação
2	Fomentar ações de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho
3	Fomentar ações de atividade física laboral e de estímulo às demais práticas de atividade física
4	Fomentar que as instituições públicas e privadas tenham espaço adequado para realização de refeições saudáveis nos ambientes de trabalho
5	Estabelecer parceria com o sistema S (SESI e SESC), empresas e parceiros públicos para a implementação das diretrizes da “Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios” no ambiente de trabalho, por meio da oferta de refeições saudáveis, realização de ações de educação alimentar e nutricional, de incentivo à atividade física, de vigilância alimentar e nutricional para os trabalhadores e familiares, além de tornar o ambiente de trabalho mais adequado para adoção de práticas de vida mais saudáveis

AÇÕES QUE SE DESTACAM

**Bom desempenho da ação
(Realizada por 74 a 50% dos estados)**

1. Fomentar que as empresas tenham salas de apoio à amamentação;
2. Fomentar ações de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho.

Apesar das duas ações destacadas, verifica-se baixa participação dos estados na realização de ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” nos ambientes de trabalho, reiterando a necessidade de incitar essa discussão e reforçar essa temática com todas as Caisans Estaduais.

2.12 – Ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito da rede socioassistencial, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito da rede socioassistencial, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 11.

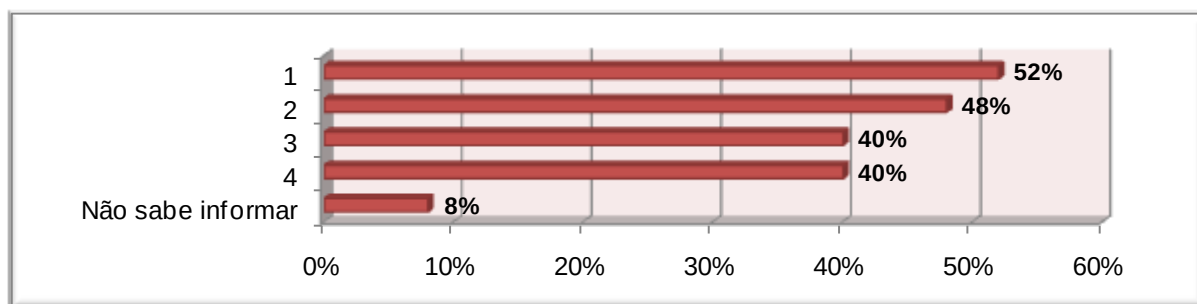


GRÁFICO 11 – Percentual de ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito da rede socioassistencial, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Realizar formação permanente de profissionais e gestores que atuam na saúde, educação e assistência social
2	Realizar educação permanente com profissionais que atuam em entidades da rede socioassistencial e em equipamentos públicos, com vistas a ofertar alimentação adequada e saudável, principalmente nas entidades que recebem alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
3	Fortalecer ações de promoção da alimentação adequada e saudável nos serviços socioassistenciais por meio da implementação dos “Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional”, considerando o apoio a famílias em insegurança alimentar e nutricional, assim como estabelecer a referência ao serviço de saúde
4	Realizar de estratégias de comunicação para incentivo a hábitos saudáveis diretamente com as famílias, tais como spots de rádio, materiais educativos e instrucionais

AÇÃO QUE SE DESTACA

**Bom desempenho da ação
(Realizada por 74 a 50% dos estados)**

1. Realizar formação permanente de profissionais e gestores que atuam na saúde, educação e assistência social.

Sobre as ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos”, no âmbito da rede socioassistencial, verifica-se também baixa participação dos estados, fazendo-se necessário ampliar discussão deste tema com as Caisans Estaduais, um dos temas priorizados pela atual gestão para o ano de 2018.

2.13– Ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das redes de atenção à saúde, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das redes de atenção à saúde, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 12.

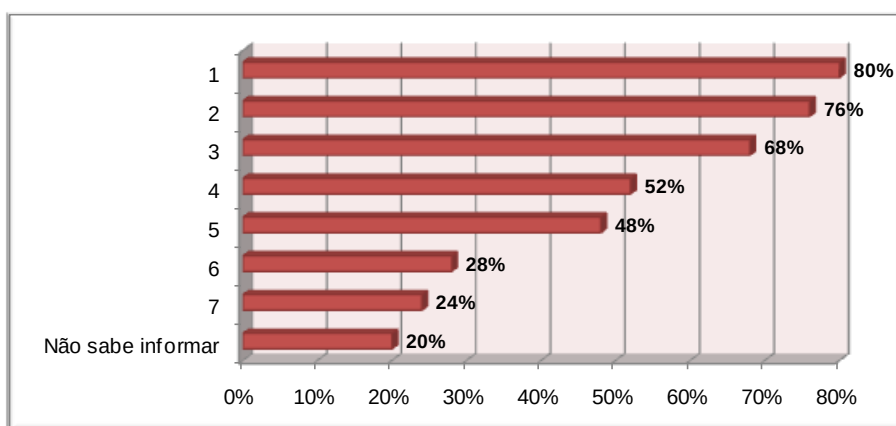


GRÁFICO 12 – Percentual de ações relacionadas à “Promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no âmbito das redes de atenção à saúde, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Implantar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil visando a qualificação dos profissionais da Atenção Básica para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos
2	Elaborar estratégias de divulgação das diretrizes de alimentação saudável previstas no Guia alimentar para crianças menores de dois anos e no Guia alimentar para a população brasileira
3	Estimular as Unidades de Saúde a desenvolverem estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável e de prevenção do excesso de peso, de acordo com a realidade de cada território
4	Produzir materiais educativos para a promoção da alimentação adequada e saudável no espaço da Academia da Saúde
5	Utilizar o espaço da Academia da Saúde para promoção de modos de vida saudável e alimentação adequada e saudável
6	Garantir que todas as unidades de saúde cumpram a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006 e Lei nº 11447, de 15 de maio de 2007)
7	Garantir que as unidades de saúde não realizem parcerias com instituições públicas ou privadas que tenham conflito de interesses com a área da alimentação e nutrição

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Ótimo desempenho da ação (Realizada por 100 a 75% dos estados)	Bom desempenho da ação (Realizada por 74 a 50% dos estados)
1. Implantar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil visando a qualificação dos profissionais da Atenção Básica para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos; 2. Elaborar estratégias de divulgação das diretrizes de alimentação saudável previstas no Guia alimentar para crianças menores de dois anos e no Guia alimentar para a população brasileira.	3. Estimular as Unidades de Saúde a desenvolverem estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável e de prevenção do excesso de peso, de acordo com a realidade de cada território; 4. Produzir materiais educativos para a promoção da alimentação adequada e saudável no espaço da Academia da Saúde.

Das ações acima destacadas, as que tiveram ótimo desempenho possuem grande relevância por qualificar o processo de trabalho dos profissionais da atenção básica, reforçando e incentivando a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

EIXO 4

Vigilância Alimentar e Nutricional

Este eixo reúne ações que visam monitorar práticas alimentares de todas as fases do ciclo da vida, como o aleitamento materno, a introdução de novos alimentos e a qualidade da alimentação na rotina dos serviços de saúde, com valor de uso para o diagnóstico individual e diagnóstico coletivo.

2.14 – Ações relacionadas à “Vigilância Alimentar e Nutricional” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 13.

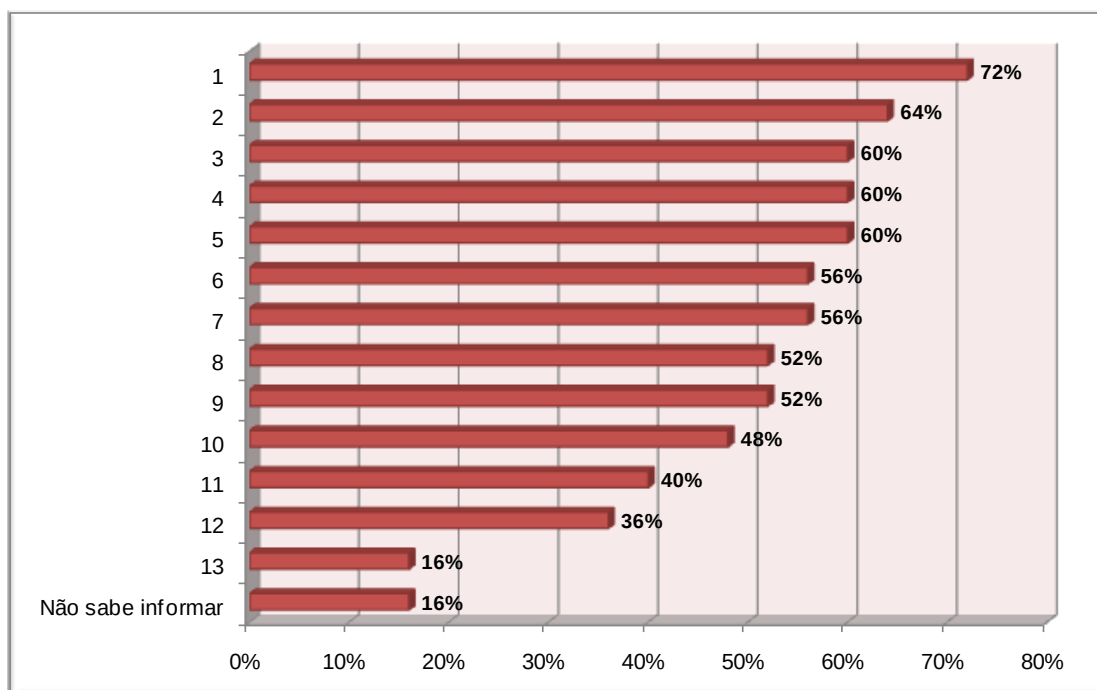


GRÁFICO 13 – Percentual de ações relacionadas à “Vigilância Alimentar e Nutricional” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Qualificar as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelos profissionais de saúde
2	Alimentar o sistema de informação vigente com os dados de Vigilância Alimentar e Nutricional
3	Monitorar a situação alimentar da população do estado/municípios a partir dos dados de consumo alimentar
4	Monitorar a prevalência de sobrepeso e obesidade da população do estado/municípios a fim de apoiar a qualificação do cuidado nutricional e ações de promoção da saúde
5	Fortalecer e garantir a Vigilância Alimentar e Nutricional nas redes de atenção à saúde para todas as fases do curso da vida
6	Fortalecer as ações do pré-natal, promovendo o ganho de peso adequado das mulheres durante a gestação
7	Priorizar a Vigilância Alimentar e Nutricional de crianças, gestantes e mulheres no pós-parto, principalmente para as famílias do Programa Bolsa Família
8	Organizar a Vigilância Alimentar e Nutricional nos diversos pontos de atenção da rede de saúde (atenção básica e atenção especializada)
9	Realizar o diagnóstico nutricional e alimentar nos pontos de atenção à saúde
10	Fomentar a realização de pesquisas municipais e estaduais sobre a situação alimentar e nutricional da população e as estratégias de controle e prevenção da obesidade
11	Adquirir equipamentos antropométricos adequados para a realização da Vigilância Alimentar e Nutricional
12	Apoiar a recuperação ao estado nutricional adequado das mulheres no período do puerpério (3, 6 e 9 meses pós-parto)
13	Fomentar a realização de pesquisas que avaliem a efetividade de intervenções para o tratamento da obesidade

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Bom desempenho da ação (Realizada por 74 a 50% dos estados)

1. Qualificar as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelos profissionais de saúde;
2. Alimentar o sistema de informação vigente com os dados de Vigilância Alimentar e Nutricional;
3. Monitorar a situação alimentar da população do estado/municípios a partir dos dados de consumo alimentar;
4. Monitorar a prevalência de sobrepeso e obesidade da população do estado/municípios a fim de apoiar a qualificação do cuidado nutricional e ações de promoção da saúde;
5. Fortalecer e garantir a Vigilância Alimentar e Nutricional nas redes de atenção à saúde para todas as fases do curso da vida;
6. Fortalecer as ações do pré-natal, promovendo o ganho de peso adequado das mulheres durante a gestação;
7. Priorizar a Vigilância Alimentar e Nutricional de crianças, gestantes e mulheres no pós-parto, principalmente para as famílias do Programa Bolsa Família;
8. Organizar a Vigilância Alimentar e Nutricional nos diversos pontos de atenção da rede de saúde (atenção básica e atenção especializada);
9. Realizar o diagnóstico nutricional e alimentar nos pontos de atenção à saúde.

Em relação a este eixo é importante salientar a necessidade de ampliar o fomento a ações de “Vigilância Alimentar e Nutricional”, já que a realização das ações pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados variou entre 16 e 72%.

EIXO 5

Atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde

Este eixo reúne ações que visam prover um conjunto de cuidados que contemplem ações de promoção e proteção da saúde, assim como a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da obesidade e outros agravos à saúde associados a ela, organizados e ofertados de forma conjunta pelas três esferas de gestão, contemplando indivíduos, famílias e comunidades, e considerando as especificidades das diferentes fases do curso da vida, de gênero e dos diferentes grupos populacionais, povos e comunidades tradicionais.

2.15 – Ações relacionadas à “Atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 14.

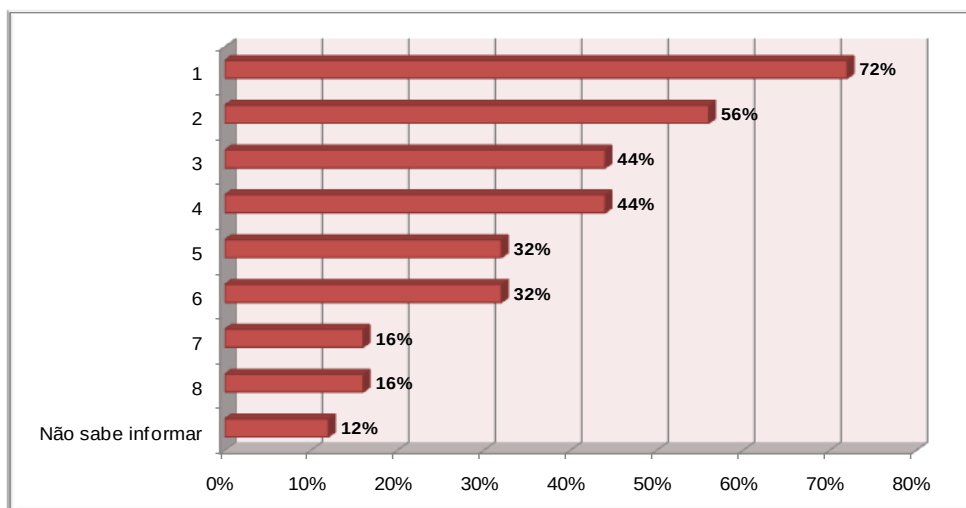


GRÁFICO 14 – Percentual de ações relacionadas à “Atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Fomentar ações de prevenção da obesidade e promoção da alimentação adequada e saudável na atenção básica
2	Promover a adesão das equipes de atenção básica e saúde da família ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)
3	Articular ações intersetoriais com os diversos equipamentos públicos para o controle da obesidade no território
4	Definir as diretrizes clínicas e organização da linha de cuidado para o tratamento da obesidade na rede de atenção a saúde do SUS, conforme orientação da Portaria nº 424/GM/MS, de 19 de março de 2013
5	Utilizar o Programa Telessaúde Brasil, que visa estimular o uso das modernas tecnologias da informação e telecomunicações, para atividades de apoio matricial e educação à distância relacionadas à saúde
6	Garantir o cuidado integral ao indivíduo com sobrepeso e obesidade na rede de atenção à saúde, desde os serviços de Atenção Básica até os pontos de atenção de maior densidade tecnológica (serviços de média e alta complexidade)
7	Estabelecer o cuidado compartilhado por meio de protocolo com os diversos pontos de atenção
8	Garantir o cuidado integral aos indivíduos com sobrepeso e obesidade de comunidades indígenas, quilombolas e povos tradicionais e populações que vivem em áreas rurais, do campo e em floresta

AÇÕES QUE SE DESTACAM

Bom desempenho da ação (Realizada por 74 a 50% dos estados)

1. Fomentar ações de prevenção da obesidade e promoção da alimentação adequada e saudável na atenção básica;
2. Promover a adesão das equipes de atenção básica e saúde da família ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).

Sobre as ações relacionadas à “Atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde”, verifica-se a heterogeneidade de participação dos estados – 72 a 16% –, fazendo-se necessário ampliar discussão e o fomento de ações desta natureza com as Caisans Estaduais.

EIXO 6

Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos

Este eixo reúne ações que visam garantir que os alimentos estejam em condições ideais de consumo com vistas à qualidade sanitária e à inocuidade, além de focar na melhoria da qualidade nutricional dos alimentos ultraprocessados, priorizando a redução dos teores de sódio, gorduras saturadas e trans e açúcares [18].

2.16– Ações relacionadas à “Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016

As ações desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, entre 2014 e 2016, estão apresentadas, em percentuais, no gráfico 15.

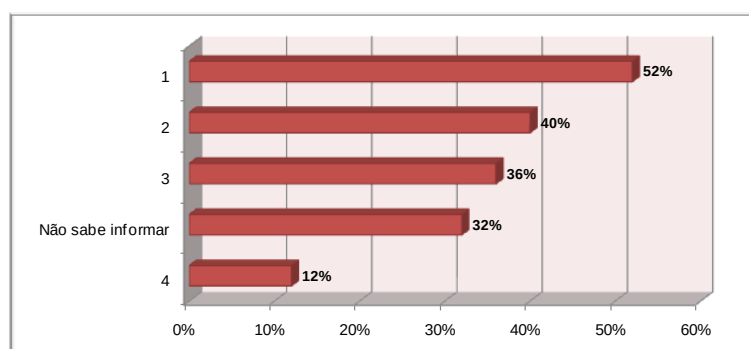


GRÁFICO 15 – Percentual de ações relacionadas à “Regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos” desenvolvidas pelas Caisans Estaduais e/ou pelos setores governamentais dos estados, no período de 2014 a 2016.

LEGENDA

1	Capacitar os agricultores familiares sobre a inocuidade dos alimentos com foco no uso de agrotóxicos e transgênicos
2	Fomentar a regulamentação estadual ou municipal da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos, preparações e bebidas ultraprocessados em escolas públicas e privadas
3	Monitorar os teores de sódio, açúcares e gorduras em alimentos processados realizados pela ANVISA disponibilizados para a população por meio de informes técnicos
4	Regulamentar o fornecimento de alimentos e refeições para o setor público, garantindo o alcance das recomendações sobre alimentação adequada e saudável, via instrução normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

AÇÃO QUE SE DESTACA

**Bom desempenho da ação
(Realizada por 74 a 50% dos estados)**

1. Capacitar os agricultores familiares sobre a inocuidade dos alimentos com foco no uso de agrotóxicos e transgênicos.

A figura 3 apresenta uma sistematização geral do número de ações de prevenção e controle da obesidade implantadas no âmbito estadual, segundo avaliação subsidiada pelo Gradiente de avaliação.

EIXO 1. Disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis	
Ótimo	3
Bom	6
Regular	8
Ruim	0

EIXO 2. Educação, comunicação e informação	
Ótimo	3
Bom	6
Regular	5
Ruim	0

EIXO 3. Promoção de modos de vida saudáveis nos ambientes/territórios	
ESCOLAS	
Ótimo	0
Bom	7
Regular	3
Ruim	0
AMBIENTES DE TRABALHO	
Ótimo	0
Bom	2
Regular	3
Ruim	1
REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Ótimo	0
Bom	1
Regular	3
Ruim	0
REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE	
Ótimo	2
Bom	2
Regular	3
Ruim	0

EIXO 4. Vigilância Alimentar e Nutricional	
Ótimo	0
Bom	9
Regular	3
Ruim	1

EIXO 5. Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade	
Ótimo	0
Bom	2
Regular	2
Ruim	2

EIXO 6. Regulação e controle da qualidade e inocuidade dos alimentos	
Ótimo	0
Bom	1
Regular	3
Ruim	1

FIGURA 3 – Sistematização geral do número de ações de prevenção e controle da obesidade implantadas no âmbito estadual, segundo avaliação subsidiada pelo Gradiente de avaliação.

3. Recomendação às CAISANs estaduais

Os resultados encontrados apontam para a necessidade de ampliar a divulgação e o conhecimento da publicação da Estratégia por parte dos estados, bem como incentivar que

Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSANs Estaduais) sejam elaborados, principalmente contemplando ações de prevenção e controle da obesidade.

BLOCO 1: Identificação da Câmara Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Ampliar o conhecimento da publicação *Estratégia*.

BLOCO 2: Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

2. Ampliar o número de estados com PLANSAN Estadual.
3. Ampliar o número de PLANSANs Estaduais que contemplem os eixos de “Vigilância Alimentar e Nutricional” e de “Atenção integral à saúde do indivíduo com excesso de peso/obesidade”;
4. Incentivar que os estados com PLANSANs Estaduais já elaborados busquem estratégias legais para incluir nos seus documentos estratégicos os outros eixos e ações relacionadas que, atualmente, não estão incluídos.

BLOCO 3: Ações de prevenção e controle da obesidade

5. Fomentar, em alguns estados, a implantação/modernização de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional;
6. Fomentar, em alguns estados, a implantação, modernização e/ou adequação de estruturas físicas e/ou de equipamentos tecnológicos;
7. Apoiar as Caisans Estaduais na realização de eventos para apresentação sistemática dos dados estaduais de prevalência de sobrepeso e obesidade; para disseminação do conteúdo da *Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade*; para discussão de ações; e para apresentação de cases e experiências bem-sucedidas.

Reiteramos que o PLANSAN Estadual⁴ é um importante instrumento de planejamento, gestão e execução da política descentralizada de SAN, cabendo ao estado elaborar, implementar, monitorar e avaliar a execução do Plano. É fundamental que as ações de caráter intersetorial sejam incorporadas no plano.

Pactuar, portanto, ações e metas que contribuam para a prevenção e controle da obesidade por meio do PLANSAN Estadual é garantir em um instrumento estratégico, que por meio de esforços conjuntos e coordenados sejam cumpridas atribuições específicas ao tema, utilizando os recursos existentes de forma mais eficiente e com mais qualidade.

Uma importante estratégia liderada pela Caisan Nacional com o objetivo de reunir esforços para a alimentação de saudável, na perspectiva intersetorial e transversal, foi o ***Pacto Nacional para Alimentação Saudável***. Instituído pelo Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015, o ***Pacto*** está em processo de implementação e é um chamamento para que os estados, Distrito

⁴ PLANSAN é o principal instrumento de planejamento, gestão, e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Os seguintes estados já elaboraram: PB, MS, PA, TO, BA, MA, SC, RS, DF, PR, PE, MG, CE.

Federal, municípios, sociedade civil organizada, organismos internacionais e o setor privado se engajem e firmem compromissos para ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis para combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira.

O presente documento trata-se, portanto, de importantes encaminhamentos às Caisans Estaduais da Região **Sudeste** com vistas a ressignificar a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional de todo o país. As Caisans Estaduais, por sua potencial atuação intersetorial estabelecida pelo Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, promovem a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional, por meio da elaboração e coordenação da execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, considerando a atuação intersetorial das Caisans Estaduais da **Região Sudeste**, aproveitamos a oportunidade e solicitamos apoio, engajamento, articulação e interlocução para que façam parte da rede de compartilhamento da **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade** e do **Pacto Nacional para Alimentação Saudável**.

Para isso, o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional, incentiva e disponibiliza seu apoio na realização de ações que respondam às necessidades e especificidades do nível local, além de suporte na articulação, elaboração e formalização destes documentos, no sentido de se tornarem pactuações vivas, com esforços conjugados, a fim de contribuir para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira.